

Uma estratégia para fortalecer a luta dos trabalhadores ou para defender o governo Dilma?

Por Zé Maria e Élio Neves

Circula nas redes sociais uma *carta convite* para uma plenária nacional de movimentos sociais a se realizar em 5 de agosto próximo. A *carta* é assinada pelo dirigente do MST, João Pedro Stédile e pela companheira Paola Estrada, da ALBA. O objetivo seria debater a situação atual do país e as tarefas dos movimentos sociais frente a ela.

No texto, os companheiros avaliam que “o governo Dilma assustado com as mobilizações dos jovens tentou tomar iniciativa política com a proposta de Constituinte, do plebiscito e dos 5 temas de mudança. Mas em nossa opinião, vem sendo sistematicamente derrotada por sua própria base parlamentar...”. Afirma que a “agenda principal agora é lutar por reformas políticas...” para “a partir da reforma política, abrir a possibilidade das reformas estruturais, como reforma agrária, prioridade dos recursos públicos para educação, saúde, transporte público...” (trechos entre aspas foram retirados da *carta convite* citada acima).

A partir deste raciocínio propõe aos movimentos “abraçar a bandeira da realização de um plebiscito popular, a ser organizado, coordenado e realizado por todas as forças populares...”. E que este plebiscito “deveria ter apenas uma única questão: Você aprova a convocação de uma Constituinte exclusiva, a ser eleita pelo povo, de forma independente, para fazer as reformas políticas no país?” (idem). Propõe este como o grande objetivo das lutas dos trabalhadores neste período.

Chega a chamar a paralisação nacional convocada pelas centrais sindicais para 30 de agosto de “paralisação pelas reformas”, como se não soubessem que reforma política e plebiscito sequer constam da pauta de reivindicações aprovadas pelas centrais. Da mesma forma propõem que seja este o signo das mobilizações do Grito dos Excluídos até a luta contra os leilões das reservas de petróleo em outubro.

Para tentar dar algum sentido lógico a tudo isso, a *carta* apresenta uma avaliação de que “é muito difícil arrancar nesse momento conquistas, mesmo das pautas mais econômicas” (idem). E o faz justamente num momento em que diversos governos, acuados pelas mobilizações populares, foram obrigados a recuar do aumento dos preços das passagens. Os companheiros sugerem na *carta convite* ao encontro de 5 de agosto, que é preciso mudar o sistema político para que os trabalhadores possam obter vitórias econômicas.

Nós também consideramos importante promover mudanças no sistema político brasileiro, que é totalmente controlado pelos grandes grupos econômicos. É do interesse dos trabalhadores medidas como a redução dos salários dos políticos, a prisão e o confisco dos bens dos corruptos e corruptores; proibição de financiamento das campanhas por empresas; a revogabilidade dos mandatos, dentre outras. Mas é esse o debate que estará colocado numa eventual Constituinte Exclusiva? Os companheiros da direção do MST acreditam mesmo nisso?

Por outro lado, que o Congresso Nacional que aí está só vota projetos contra o povo nós sabemos sim. Ele é controlado pelos bancos e grandes empresas. Por isso estamos fazendo mobilização em todo o país (como o protesto de 11 de julho) para exigir dos deputados e senadores a derrubada do veto ao fim do Fator Previdenciário, o arquivamento do PL 4330 (das terceirizações) e o PL 092 (que privatiza os serviços públicos de saúde e educação), entre outras demandas. Mas é por conta disso que Dilma não atende às reivindicações dos trabalhadores brasileiros? Desculpa esfarrapada.

De qualquer forma, a questão mais importante que se coloca aqui é outra: É correto, num momento de ofensiva da luta dos trabalhadores no Brasil – como o que estamos vivendo – colocar em segundo plano as nossas reivindicações, para lutar por uma Constituinte?

É preciso, mesmo, uma Constituinte para que Dilma suspenda o pagamento da dívida externa e interna e invista estes recursos em políticas para melhorar a vida do povo? Para que Dilma suspenda os leilões das reservas de petróleo e pare as privatizações? É preciso uma Constituinte para que o governo Dilma decida investir 10% na educação pública? Ou para que Dilma pare de dar dinheiro para o Agronegócio e invista na reforma agrária? Todos nós, e isso inclui, seguramente, os que assinam a *carta convite*, sabemos que não. Sabemos que estas são decisões de governo, e que não são tomadas porque o governo não quer. O argumento de Dilma (em junho) e de João Pedro Stédile (agora), de que é preciso uma Constituinte, busca apenas livrar a cara do governo frente à cobrança das manifestações de rua e da luta dos trabalhadores, que ganha novo patamar com o protesto de 11 de julho e a paralisação nacional marcada para 30 de agosto.

Houve uma mudança na realidade política do país, com a entrada em cena de milhares, na verdade, milhões de pessoas, com a juventude popular, estudantil e trabalhadora. Os governos estão na defensiva, inclusive o governo de Dilma, do PT e partidos aliados. E as massas estão na ofensiva. Mais fortes agora, depois da entrada organizada dos trabalhadores na luta, em 11 de julho. Esta conjuntura coloca a possibilidade de uma greve geral que derrote o modelo econômico atual e aponte um programa de ruptura com os interesses capitalistas. Isto não é pauta econômica. É a pauta mais política que se pode levantar neste momento: contrapor os interesses dos trabalhadores aos interesses do grande empresariado.

É deste problema que a presidenta Dilma quer fugir. Seu governo tem atendido religiosa e prontamente todos os interesses dos grandes capitalistas e ignorado solenemente os interesses da classe trabalhadora (que o digam aqueles que lutam pela reforma agrária no Brasil). Se a luta dos trabalhadores avançar, na busca por suas reivindicações, vai ameaçar necessariamente os privilégios da burguesia, mantidos pelo modelo econômico vigente. E vai chocar-se, portanto, com o seu governo, que sustenta este modelo econômico.

A estratégia proposta pela *carta convite* ao encontro de 5 de agosto acaba tendo a mesma função, então, da Constituinte e do plebiscito proposto por Dilma no auge das mobilizações de junho: a de uma cortina de fumaça, para tentar desviar os trabalhadores da luta que pode – e deve – colocar em cheque o modelo econômico vigente, porque ele atende tão somente aos interesses dos bancos e grandes empresas. E desviar as lutas para que não se choquem com os governos atuais que aplicam este modelo.

E nós precisamos sim, questionar o modelo econômico que aí está, e também os governos que o aplicam. É isso que pode levar às mudanças que precisamos no país, afirmando um programa econômico e de governo alternativo, que atenda os interesses dos trabalhadores. A plataforma unificada da Jornada Nacional promovida pela CSP Conlutas, CUT Pode Mais, FERAESP, CNTA e Setor Majoritário da Condcef é uma referência para a construção deste programa:

1. Melhoria da qualidade e diminuição do preço dos transportes coletivos: chega de desrespeito à população, mais ônibus e metrô de qualidade;
2. Congelamento dos preços dos alimentos e tarifas públicas – Aumento geral dos salários;
3. 10% do PIB para a educação pública: pagamento do piso nacional aos trabalhadores em educação, escola pública de qualidade para todos;
4. 10% do orçamento para a saúde pública: saúde não é mercadoria, chega de filas e mortes nos hospitais públicos;
5. Fim dos leilões das reservas do petróleo: chega de privatização e entrega do patrimônio brasileiro;
6. Fim do fator previdenciário e aumento do valor das aposentadorias: respeito e dignidade para quem construiu esse país;
7. Redução da jornada de trabalho: trabalhar menos para ter qualidade de vida e tempo para a família;
8. Contra o PL 4330: chega de terceirizações e precarização do trabalho;
9. Reforma Agrária: terra para quem nela vive e trabalha;
10. Salário igual para trabalho igual: basta de discriminação à mulher no trabalho;
11. Não pagamento da dívida externa e interna aos banqueiros e especuladores;
12. Contra as privatizações do patrimônio e dos serviços públicos;
13. Chega de recursos públicos para as grandes empresas (desonerações, isenções fiscais, créditos subsidiados e etc.);
14. Cobrança imediata das dívidas das grandes empresas (nacionais e estrangeiras) com o INSS, FGTS, BNDES e Bancos Estatais;
15. Redução da taxa de juros e fim do superávit primário;
16. Contra toda forma de discriminação e opressão;
17. Contra a criminalização das lutas e das organizações dos trabalhadores e da juventude.

Zé Maria é metalúrgico e membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas.
Élio Neves é assalariado rural e presidente da FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo